

**Concurso 2010**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

---

**CONCURSO PÚBLICO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO**

**PROVA**

**ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO**

**1)** A licitação é uma exigência constitucional para toda a Administração Pública, ressalvados os casos especificados na legislação pertinente. No caso de a Secretaria dos Transportes da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro querer adquirir um produto eletrônico útil, produzido pela Fundação Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e para a mediação de poluição sonora dos veículos devem ser observados os seguintes comandos da Lei 8.666/93 e atualizações, quanto ao tipo de licitação:

- a) é dependente do valor da oferta, para saber da obrigatoriedade ou dispensa. Nesse caso, adota-se a modalidade de melhor preço.
- b) é dispensada, pois a própria lei declarou-a como tal, em conformidade com a lei, quando estão ausentes os pressupostos jurídicos da exigibilidade.
- c) é dispensável, em virtude de que as operações de compra e venda envolvem somente pessoas jurídicas de direito público interno, mas, desde que, o preço contratado seja compatível com os valores de mercado.
- d) é dispensável, pois a UNIRIO é a única ofertante, sendo assim inexigível. A Administração não necessita dispensar.
- e) é inexigível, pois há impossibilidade jurídica de competição entre os contratantes, quer pela natureza específica do produto, quer pelos objetivos sociais visados pela Administração Pública.

**2)** A norma geral de licitação e dos contratos administrativos estabelece os institutos jurídicos de modalidades e tipos de licitação expressamente na Lei 8.666/93 e atualizações, conhecidas, respectivamente, como

- a) licitação dispensável e menor preço.
- b) concorrência e adjudicação.
- c) pregão e menor preço.
- d) concurso e a de técnica e preço.
- e) tomada de Preços e tarefa.

**3)** A Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro incorpora imóvel por meio de processo judicial. Esse poderá ser alienado por ato de autoridade competente, observadas as seguintes regras:

- a) não será necessária, haja vista tratar-se de bem afeto ao patrimônio de órgão da administração municipal.
- b) será obrigatória a licitação sob a modalidade de concorrência ou leilão, comprovada a necessidade da alienação e precedida de avaliação.
- c) será obrigatória, se o imóvel for avaliado acima de R\$.650.000,00 devendo ser realizada sob a modalidade de concorrência pública ou pregão, comprovada a necessidade da alienação, precedida de avaliação e autorização legislativa.
- d) será dispensável, em virtude da forma do recebimento do imóvel por meio de processo judicial.
- e) será inexigível.

**4)** São modalidades de licitação indicadas na lei 8666/90, **EXCETO**:

- a) pregão.
- b) Concorrência.
- c) concurso e melhor qualidade.
- d) Convite.
- e) Leilão.

- 5)** De acordo com previsão expressa na Lei nº 8.666/93 e atualizações, é inexigível a licitação e não sua dispensa, para a contratação
- de pequeno valor, até 10% do limite fixado para convite.
  - quando não acudirem interessados à licitação anterior que não possa ser repetida.
  - de impressão do Diário Oficial.
  - de profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada.
  - quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional.
- 6)** Aplica-se sempre o tipo de licitação de maior lance ou oferta, previsto na Lei no 8.666/93 e atualizações, na
- aquisição de bens e serviços de informática.
  - construção de obras públicas.
  - concessão de direito real de uso.
  - contratação de serviços técnicos especializados
  - aquisição de material permanente.
- 7)** Licitação dispensada, procedimento licitatório, são apropriados para alienar bens móveis da União. Previsto na Lei nº 8.666/93 e atualizações, ocorre no caso de
- doação, para fins residenciais de classe média.
  - permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública
  - na modalidade pregão ou convite.
  - venda de ativos em bolsa, ouro, títulos do Banco Bradesco S/A.
  - venda de vinhos da Embrapa, exclusivamente para o Itamarati.
- 8)** No âmbito da legislação de licitação, existe vedação para a contratação de serviços técnicos profissionais especializados, com base em inexigibilidade por notória especialização, de serviços de
- publicidade e divulgação.
  - patrocínio ou defesa de causas judiciais.
  - auditorias financeiras ou tributárias.
  - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.
  - restauração de obras de arte.
- 9)** A Lei 8666/93, ao estabelecer normas gerais sobre licitação e contratos administrativos, tem abrangência de lei nacional, que, obrigatoriamente, inclui
- a União Federal, os Estados, os Municípios, exceto o Distrito Federal, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados e Municípios.
  - a União Federal, os Estados, os Municípios, órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista.
  - a União Federal e os Estados e Município que aderirem por convênio, a administração direta, as sociedades de economia mista, exclusivamente, do Distrito Federal.
  - a União Federal, os Estados, os Municípios, órgãos da administração indireta, os fundos especiais das concessionárias públicas.
  - a União Federal, os Estados e os Municípios que aderirem por contrato administrativo.

**10)** Para fins de uma construção semântica, a Lei Geral de Licitações fixa como definição alguns institutos, EXCETO:

- a) Obra - toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.
- b) Obras, serviços e compras de grande vulto - aquelas cujo valor estimado seja superior a vinte e cinco vezes o limite de um milhão e quinhentos mil reais.
- c) Serviço - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, pintura, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, ou adaptação, ou manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.
- d) Execução indireta - a que o órgão ou entidade contrata com terceiros o regime de empreitada por preço unitário - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.
- e) tarefa - quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.

**11)** Quanto à adequada definição legal das diferentes modalidades de licitação, podemos afirmar que

I - Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de quarenta e cinco dias.

II - Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o quinto dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

III - Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento licitatório.

IV - Pregão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.

V - Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

Estão corretas as afirmações que se encontram em

- a) I, II, V.
- b) I, III, V.
- c) II, III, IV.
- d) I, II, IV.
- e) II, IV, V.

**12)** A lei estabelece as classificações das modalidades de licitação que serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação, **EXCETO**:

- a) para obras e serviços de engenharia: convite - até cento e cinquenta mil reais; tomada de preços - até um milhão e quinhentos mil reais).
- b) para obras e serviços de engenharia: concorrência: acima de um milhão e quinhentos mil reais.
- c) para compras: concorrência - acima de setecentos e cinquenta mil reais.
- d) para compras: convite - até oitenta mil reais; tomada de preços - até seiscentos e cinquenta mil reais.
- e) para alienação mobiliária: leilão ou pregão.

**13)** Nas contratações para compras, obras e serviços públicos, conforme previsto na Lei nº 8.666/93, a autoridade administrativa

- a) pode dispensar a licitação, nos casos expressamente previstos na lei.
- b) está sempre obrigada a fazer licitação.
- c) pode deixar de licitar, a critério de conveniência da autoridade administrativa.
- d) pode optar entre licitação, dispensa ou inexigibilidade.
- e) deve licitar, se o caso específico não for expressamente previsto na lei como possível de dispensa ou inexigibilidade.

**14)** O conjunto de procedimentos administrativos, legalmente estabelecidos, através dos quais a Administração Pública cria meios de verificar, entre os interessados habilitados, quem oferece melhores condições para a aquisição e alienação de bens e serviços e realização de obras e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, denomina-se

- a) Contratação direta.
- b) Compra direta.
- c) Adjudicação.
- d) Licitação.
- e) Programa mais vantajoso.

**15)** A lei 8666/93 subordina ao seu regime os órgãos da Administração Pública Direta e, também, os órgãos da Administração Indireta, tais como

- a) as autarquias especiais como o Tribunal Desportivo, OAB, SENAC, SENAI.
- b) as entidades controladas direta ou indiretamente pela União, exceto as do Distrito Federal.
- c) as fundações privadas, como a Fundação Getulio Vargas.
- d) as empresas públicas e as sociedades de economia mista, sujeitas ao regime próprio das empresas privadas.
- e) os fundos especiais contra a fome e contra o analfabetismo.

**16)** A licitação cabível, em face da lei 8666/93, para a alienação de bens imóveis, se dá por meio da modalidade e demais procedimentos, assim identificados:

- a) Concessões de direito de uso, com avaliação prévia e sem autorização legislativa.
- b) Tomada de preço, com autorização legislativa e com avaliação prévia.
- c) Concorrência, com autorização legislativa e com avaliação prévia.
- d) Leilão, sem avaliação prévia e com autorização legislativa.
- e) Pregão, com avaliação prévia e sem autorização legislativa.

**17)** Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa, **EXCETO:**

- a) certidão negativa do serviço de proteção ao crédito (CDL) ou SERASA.
- b) habilitação jurídica.
- c) regularidade fiscal.
- d) cumprimento aos direitos trabalhistas de proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos.
- e) comprovação de qualificações técnicas e econômicas, indispensáveis ao cumprimento das obrigações.

**18)** A modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a Administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados ou para alienação de bens imóveis, nos casos legais, a quem oferecer maior lance, denomina-se

- a) Leilão.
- b) Tomada de preço.
- c) Pregão presencial ou eletrônico.
- d) Convite.
- e) Concurso.

**19)** No caso de empate entre duas ou mais propostas, após os demais procedimentos legais, a solução de desempate encontrada pela lei 8666/93 para a classificação se dará por critério obrigatório de

- a) técnica e preço ou reinicia todo o processo.
- b) sorteio em ato público, em que são convocados todos os licitantes, vedado outro processo.
- c) melhor técnica ou reinicia todo o processo.
- d) melhor preço, na técnica de leilão invertido, vedado outro processo.
- e) sorteio em ato público, em que são convidados os classificados empatados, vedado outro processo.

**20)** O Edital de licitação antecipa o instrumento de contrato poderá exigir prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, a critério da autoridade competente, em várias modalidades, conforme a lei 8666/93, precisamente, na forma de

- a) cheque administrativo válido por cinco anos.
- b) fiança locatícia válida por cinco anos ou seguro bancário.
- c) seguro-garantia.
- d) caução em dinheiro ou em títulos da dívida agrária (TDA) ou cheque caução.
- e) cédulas hipotecárias, de qualquer espécie (TTN).

**21)** Em relação ao processo administrativo disciplinar em que a autoridade instauradora determina o afastamento preventivo de servidor, conforme a Lei nº 8.112/90, constitui-se medida cautelar na apuração de irregularidade a seguinte situação:

- a) O afastamento tem por objetivo evitar que o servidor venha a influir na apuração da sua privacidade, como ler documentos institucionais de assuntos de vida íntima.
- b) O afastamento do exercício do cargo pode-se dar sem fixação de prazo, no mínimo de até sessenta dias até concluir o processo disciplinar, com prejuízo da remuneração.
- c) A determinação do afastamento do servidor, após a oitiva, por trinta dias, cabe ao Presidente da Comissão do Inquérito disciplinar.
- d) O afastamento do servidor ocorre com prejuízo da remuneração, quando o inquérito não estiver concluso em trinta e cinco dias.
- e) O afastamento do exercício do cargo pode-se dar até sessenta dias, prorrogado por igual período para a conclusão do processo disciplinar, sem prejuízo da remuneração.

**22)** A UNIRIO realizou concurso público para o cargo de Auxiliar Administrativo, sendo aprovado no certame José Xisto, que nomeado tomou posse e, no prazo legal, entrou em exercício. Durante seu estágio probatório, verificou-se, na avaliação final daquele período, que infringiu, apenas, o dever de produtividade. Considerando essa situação, analise a questão do estágio probatório e os deveres funcionais do servidor José Xisto, conforme descritos como fatores de observância pela Lei nº 8.112/90 e atualizações.

- a) No estágio probatório se afere a aptidão e a capacidade para o desempenho do cargo, sendo que o servidor José Xisto tem observado os fatores da disciplina, a capacidade de iniciativa, a assiduidade, a responsabilidade, exceto o da produtividade. Assim o servidor José Xisto não foi aprovado no estágio probatório e será exonerado.
- b) Durante o estágio probatório se afere, apenas, a aptidão para o desempenho do cargo. Por isso, José Xisto não poderá ser exonerado, apenas em razão da infringência de um dever funcional, o da produtividade, que deveria se somar a outros fatores, para somente levar à reprovação no estágio probatório. Assim, o servidor José Xisto não será exonerado.
- c) Mesmo que José Xisto fosse servidor estável da UNIRIO, somente seria afastado do serviço público devido à reprovação no estágio probatório sob o fundamento da baixa produtividade aliado à baixa assiduidade, já que, no estágio probatório, se afere, apenas, a capacidade para o desempenho do cargo.
- d) A disciplina, a assiduidade, a responsabilidade, o comportamento, a ética no serviço público, a higiene pessoal são causas que podem levar o servidor à reprovação no estágio probatório, exceto o dever da produtividade, que é subjetivo. Assim o servidor José Xisto não será exonerado.
- e) Caso adquirisse estabilidade no novo cargo, só mediante sentença judicial poderia perdê-lo, em virtude de que, após estágio probatório em que se afere a capacidade para o desempenho do cargo, o servidor José Xisto violou, apenas, um fator: o da produtividade, cumprindo os demais de forma integral (disciplina, assiduidade e da responsabilidade). Nesse caso, o servidor José Xisto, apenas, não foi aprovado no estágio probatório e não será exonerado.

**23)** A reinvestidura do servidor no cargo de técnico administrativo anteriormente ocupado, conforme a Lei nº 8.112/90, quando invalidada a sua demissão, por decisão administrativa ou judicial, com o ressarcimento de todas as vantagens, é a forma de provimento denominada

- a) readaptação.
- b) recondução.
- c) reintegração.
- d) reversão.
- e) readmissão.

**24)** João Pedro, servidor nomeado para um cargo público de agente administrativo, toma posse, mas não entra em exercício dentro do prazo. Conforme a Lei nº 8.112/90 e atualizações, deverá ser

- a) demitido de ofício, por não entrar em exercício no prazo de quinze dias.
- b) transferido para outra carreira, no prazo de trinta dias.
- c) exonerado ou demitido com a nota de “a bem do serviço público”, conforme o regime de trabalho, por não entrar em exercício no prazo de trinta dias.
- d) condenado à pena de advertência ou de suspensão.
- e) exonerado de ofício, por não entrar em exercício no prazo de quinze dias.

**25)** O décimo terceiro salário é vantagem paga ao servidor, além do seu vencimento, correspondente a um doze avos da sua remuneração mensal, no exercício do respectivo ano. A fração superior a quinze dias será considerada como mês integral e, em caso de exoneração, perceberá proporcionalmente aos meses de exercício. Essa vantagem pela Lei 8.112/90 é denominada

- a) gratificação natalina.
- b) indenização natalina.
- c) abono natalino.
- d) auxílio natalino.
- e) adicional por tempo de serviço.

**26)** A lei 8.112/90 fixa um rol de condutas proibidas ao servidor público. Configura-se como situação proibitiva:

- a) manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o quarto grau civil.
- b) ausentar-se do serviço durante o expediente, com prévia autorização do chefe imediato.
- c) atuar como intermediário ou procurador de cônjuge ou companheiro junto à repartição pública, com vistas a obter benefícios previdenciários.
- d) retirar, com prévio consentimento da autoridade competente, processos administrativos da repartição.
- e) opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.

**27)** O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente. Segundo a Lei nº 8.112/90, deve-se observar que

- a) apenas o cidadão, pessoalmente, pode tomar posse em cargo público, sendo vedada a posse por procuração.
- b) a posse ocorrerá no prazo de quinze dias contados da publicação do ato de provimento e o servidor terá mais trinta dias para entrar em exercício.
- c) a posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial para o candidato que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.
- d) as diversas formas de provimento de cargo público são: nomeação, promoção, readaptação, reversão, reaproveitamento, readmissão, reintegração, reclassificação e recondução.
- e) o servidor, ao entrar em exercício em cargo de provimento efetivo em função perigosa e insalubre, tem dispensados os fatores de assiduidade, disciplina e produtividade.

**28)** João Luiz aposentado por invalidez da UNIRIO retorna ao serviço público por conta da insubsistência dos motivos que autorizaram a sua aposentadoria. Segundo a Lei nº 8.112/90 e atualizações, a essa categoria jurídica dá-se o nome de

- a) reempobramento.
- b) readmissão.
- c) retoração.
- d) cassação de aposentadoria.
- e) reversão.

**29)** Segundo a Lei 8.112 e atualizações, quanto ao exercício do servidor público, é **FALSO** afirmar que

- a) a autoridade competente do órgão ou entidade para onde for nomeado ou designado o servidor compete dar-lhe exercício, e, se não entrar em exercício no prazo de quinze dias, o servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para função de confiança.
- b) o início do exercício de função de confiança será no dia posterior à data de publicação do ato de designação, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que recairá no primeiro dia útil, após o término do impedimento, que não poderá exceder a quinze dias da publicação.
- c) o início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor. Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.
- d) o servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido removido, redistribuído, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá, no mínimo, dez e, no máximo, trinta dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo.
- e) os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente.

**30)** Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais. Segundo a Lei nº 8.112/90, a demissão será aplicada **EXCETO** nos seguintes casos:

- a) cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua competência.
- b) incontinência pública e conduta escandalosa na repartição.
- c) aplicação irregular de dinheiros públicos.
- d) crime contra a administração pública.
- e) acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.

**31)** Considere as assertivas abaixo, relacionada às disposições gerais da Lei nº 8.112/90.

I - A Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.

II - Ficam submetidos ao regime jurídico instituído por esta Lei, na qualidade de servidores públicos, os servidores dos Poderes da União, do Distrito Federal, das autarquias, inclusive em regime especial, e das fundações públicas. Aplica-se no que couber ao Ministério Público Estadual.

III - Para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público, que é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional.

IV - As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei.

V - São requisitos básicos para investidura em cargo público: ser brasileiro e ter a idade mínima de dezoito anos; em caso de estrangeiro, desde que haja reciprocidade como Portugal e Angola; estar em gozo dos direitos políticos e ter votado na última eleição; ter quitação com as obrigações militares; não pertencer a partido político; ter nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, sendo no mínimo o curso de ensino médio.

Estão corretas as assertivas

- a) I, II, IV.
- b) II, III, IV.
- c) I, III, IV.
- d) III, IV, V.
- e) II, IV, V.

**32)** A vacância do cargo público decorrerá, segundo a Lei nº 8.112/90, **EXCETO**

- a) promoção.
- b) readaptação.
- c) aposentadoria.
- d) posse em outro cargo acumulável.
- e) falecimento.

**33)** Quanto à exoneração e à demissão de cargo efetivo, é correto afirmar que

- a) a exoneração de cargo efetivo dar-se-á de ofício, quanto requerido pelo próprio servidor, enquanto que a demissão é penalidade disciplinar.
- b) a demissão enquanto pena é aplicada ao servidor quando não satisfeitas as condições do estágio probatório.
- c) a exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-á a juízo da autoridade competente ou a pedido do próprio servidor, enquanto que a demissão é penalidade disciplinar.
- d) a demissão também se aplica ao servidor quando tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.
- e) a exoneração e a demissão são precedidas por inquérito administrativo, assegurada ao servidor ampla defesa.

**34)** Sobre o instituto da estabilidade e da remoção e do servidor, é correto afirmar que

- a) cabe remoção a pedido, para outra localidade, a juízo da Administração, por motivo de saúde do servidor, cônjuge ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por atestado médico.
- b) servidor público estável poderá ser removido do cargo, após dois anos de efetivo exercício, mediante processo administrativo transitada em julgado, no caso de recusar fé a documentos públicos.
- c) a remoção é o deslocamento do servidor para outro quadro, com ou sem mudança de sede, a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para acompanhar cônjuge, também servidor público civil ou militar da União, não alcançando os servidores dos Estados e dos Municípios, que tenham sido deslocados no interesse da Administração.
- d) são estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, segundo a Lei 8.112/90 e de dois anos pela Emenda Constitucional 19/1998.
- e) somente o servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público, ao completar dois anos de efetivo exercício, segundo a Lei 8.112/90, sendo que esse prazo foi ampliado para três anos pela Emenda Constitucional 19/1998.

**35)** Sobre o instituto do vencimento e remuneração do servidor, segundo a Lei nº 8.112/90 e atualizações, **NÃO** se aplica a seguinte assertiva:

- a) Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, enquanto a remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
- b) Servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de trinta dias para quitar o débito. A não quitação do débito implicará sua inscrição em dívida passiva, como título executivo, passível de execução judicial.
- c) Vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.
- d) Alvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento. Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros.
- e) As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.

**36)** As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito. Constituem indenizações ao servidor, **EXCETO**, segundo a Lei nº 8.112/90 e atualizações

- a) auxílio-moradia.
- b) adicionais de produtividade.
- c) ajuda de custo.
- d) diárias.
- e) transporte.

**37)** Segundo a Lei nº 8.112/90, o servidor fará jus a férias anuais

- a) de trinta dias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, sendo que, no primeiro período aquisitivo de férias, serão exigidos doze meses de exercício.
- b) levando em conta qualquer falta ao serviço, e as mesmas somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, greve política, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral.
- c) que poderão ser parceladas em até duas etapas, desde que assim requeridas pelo servidor e no interesse da administração pública.
- d) com o pagamento da remuneração das férias efetuado até quinze dias antes do início do respectivo período.
- e) se operar direta e permanentemente com raios X ou substâncias radioativas, usufruindo quinze dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida em qualquer hipótese a acumulação.

**38)** Conceder-se-á ao servidor licença, **EXCETO**, segundo a Lei nº 8.112/90 e atualizações

- a) para tratar de interesses particulares ou por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.
- b) para o serviço militar ou para atividade política.
- c) por motivo de doença em pessoa da família, precedidas de exame por perícia médica oficial, mantendo a atividade remunerada durante o período da licença.
- d) para capacitação.
- e) para desempenho de mandato classista.

**39)** O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, segundo a Lei nº 8.112/90 e atualizações, **EXCETO**, na seguinte situação:

- a) A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros. Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
- b) A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- c) A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.
- d) A indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada no prazo máximo de sessenta dias, na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial, pode ser parcelada a pedido do interessado, sendo que cada parcela não poderá ser inferior ao correspondente a vinte por cento da remuneração, provento ou pensão.
- e) As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

**40)** Ao servidor é proibido, **EXCETO**, segundo a Lei nº 8.112/90 e atualizações

- a) promover manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição.
- b) coagir ou aliciar subordinados no sentido de se filiarem à associação profissional ou sindical ou a partido político.
- c) participar de gerência nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros.
- d) valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.
- e) utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.

## Texto I

### E LA NAVE VA ...

Atenção, senhores passageiros. Lamentamos informar que neste momento navegamos pelo universo a bordo de uma nave que vem inspirando cuidados cada vez maiores em todos os passageiros. Tecnicamente estamos à deriva, mas não há motivo para pânico. Ainda é possível restabelecer as condições de voo, desde que todos colaborem. Os passageiros da primeira classe, principalmente. A fumaça lançada no ar pelos mais ricos fez a temperatura da nave aumentar 0,6°C no último século. Nesse ritmo chegaremos ao final deste século com a temperatura aumentando de um a seis graus centígrados. Nosso sistema de refrigeração não é capaz de enfrentar esse aquecimento global.

É importante lembrar a situação do passageiro norte-americano, sentado na primeira fila. Se todos a bordo quiserem imitar os hábitos de consumo dele, não haverá água, alimentos e energia para seguir viagem.

A distribuição dos passageiros pela nave se dá de forma desigual. Quase metade dos lugares é ocupada por passageiros que sobrevivem com apenas 2 dólares por dia. Pedimos desculpa pelas péssimas condições de viagem desse grupo, mas lembramos que a culpa não é da nave.(...)

Publicado no jornal O Globo em 27/08/2002, na semana da Conferência das Nações Unidas sobre Pobreza e Desenvolvimento Sustentável – Rio+10 – na cidade sul-africana de Joanesburgo.

**41)** Constatação é um conceito adquirido a respeito de algum assunto ou situação, após uma averiguação. Na perspectiva do enunciador do texto, o trecho que apresenta uma constatação é

- a) "É importante lembrar a situação do passageiro norte-americano, sentado na primeira fila."
- b) "Pedimos desculpas pelas péssimas condições de viagem (...)"
- c) "Se todos a bordo quiserem imitar os hábitos de consumo (...)"
- d) "Nosso sistema de refrigeração não é capaz de enfrentar esse aquecimento global."
- e) "Os passageiros da primeira classe, principalmente."

**42)** No trecho "Atenção, senhores passageiros", a função da linguagem predominante é

- a) Fática, pois visa à tentativa de comunicação dado o propósito comunicativo do texto.
- b) Conativa, pois objetiva denunciar aos passageiros as situações referentes à viagem.
- c) Metalinguística, pois visa à explicação sobre a natureza do problema denunciado.
- d) Emotiva, pois reflete o caráter humanitário do tema proposto.
- e) Poética, pois reproduz as riquezas de imagens.

43) Em relação ao primeiro, o segundo parágrafo tem como objetivo

- fazer alusão ao aspecto linear narrado.
- indicar polarização de comportamentos.
- criticar o comportamento anunciado.
- sugerir a transformação do problema exposto.
- reforçar juízo de valor a respeito do caso relatado.

44) No texto I, a nave, apresentada com valor conotativo, é

- O universo.
- O nosso planeta.
- A nossa esperança.
- A humanização da terra.
- A preservação da natureza.

## Texto II



Copyright © 2000 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

6966

<http://www.monica.com.br/comics/tirinhas/tira195.htm>

45) Pode-se estabelecer uma relação de intertextualidade entre o texto II e o texto I. O trecho do texto I que ratifica a ideia central expressa em II é

- "A fumaça lançada no ar pelos mais ricos (...)"
- (...) "mas não há motivo para pânico. Ainda é possível estabelecer as condições de voo, (...)"
- "Nesse ritmo chegaremos ao final desse século com a temperatura aumentando (...)"
- (...) "água, alimentos e energia para seguir viagem."
- "A distribuição dos passageiros pela nave se dá de forma desigual."

## Texto III

### DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, O USO E O APROVEITAMENTO ADEQUADOS DA ÁGUA

Maria Cristina de Brito Lima

É crescente a importância da água na conjuntura mundial. São cada vez maiores os desafios a serem enfrentados para permitir o crescimento das atividades econômicas de forma compatível com a preservação dos recursos naturais.

Ao lado dessa questão, há de se ressaltar que, com o grande crescimento da população, os recursos naturais ficaram cada vez mais escassos em quantidade e qualidade, mais difíceis e complexos de serem obtidos e conservados e mais caros para distribuir, entregar, prover e ampliar.

Não há dúvida de que o atual modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios; se, por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia a dia.

Mas, diante dessa constatação, emerge a ideia do desenvolvimento sustentável, buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, atacando, ainda, a pobreza no mundo. O desenvolvimento, nesta base, preocupa-se com a geração de riquezas e tem o objetivo de distribuí-las, com o escopo de melhorar a qualidade de vida de toda a população, levando em consideração, portanto, a qualidade ambiental do planeta.

Dessa forma, o desenvolvimento sustentável tem seis aspectos prioritários que devem ser entendidos como metas, a saber: a satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer, etc); a solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente, de modo que elas tenham chance de viver); a participação da população envolvida (todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal); a preservação dos recursos naturais (água, oxigênio, etc); a elaboração de um sistema social, garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas, como por exemplo os índios); a efetivação dos programas educativos.

No que toca ao desenvolvimento econômico de uma sociedade, é certo que ele depende de muitos fatores, entre os quais o clima, o uso viário, a tecnologia utilizada e a capacidade de obtenção de água. E, nesta esteira destaca-se que o valor econômico da água é cada vez mais evidenciado, na medida em que disponibilidade de água é uma condição necessária para o referido desenvolvimento.

Os padrões de uso da água nos diversos setores, urbano, agrícola e industrial, incluindo os níveis de adequação da sociedade, são fatores que importam em que a demanda seja maior e determine o desenvolvimento econômico. Ajunte-se, também, que o crescimento populacional é determinante de ponta, no que se refere às demandas sociais.

Mas não se pode deixar de considerar que a espécie necessita de um gerenciamento. E, ao gerenciar os recursos hídricos, há de se considerar três vetores fundamentais: o primeiro é o vetor ambiental, que consiste no uso sustentável do recurso; o segundo é o vetor social, qual seja, a equidade da disposição, enfim, o acesso igualitário à água; e o terceiro é o vetor econômico. Com efeito, sem esses três pilares de apoio não haverá equilíbrio, não se dando, assim, à sociedade a sustentabilidade necessária à sua própria sobrevivência.(...)

Água, Justiça e Desenvolvimento Desafios para Gestão dos Recursos Hídricos.  
Revista da AMAERJ – edição especial

**46)** O texto III apresenta como consequência para os problemas apontados uma forte dicotomia identificada em

- a) modelos econômico e ambiental X crescimento e compatibilidade da população.
- b) aumento e conservação da poluição ambiental X conjuntura e prioridade mundial.
- c) recursos naturais X importância da água.
- d) riqueza e fartura X miséria e degradação ambiental.
- e) atividade econômica X participação da população.

**47)** Nos três primeiros parágrafos, a autora apresenta aspectos negativos acerca do desafio ambiental que enfrentamos. O quarto parágrafo ressalta, do ponto de vista desenvolvido, uma perspectiva de

- a) esperança e viabilidade.
- b) tolerância e abnegação.
- c) coragem e adequação.
- d) degradação e sofrimento.
- e) exclusividade e isenção.

**48)** No sexto parágrafo, a palavra água aparece três vezes regida pela preposição de/da. A variação do uso dessa preposição – com a presença ou a ausência do artigo – revela, respectivamente, valor semântico de

- a) causa – temporalidade – origem.
- b) generalização – especificação – generalização.
- c) ação – materialidade – ação.
- d) instrumento – posição – instrumento.
- e) caracterização – definição – afastamento.

**49)** O ponto de vista defendido no texto III é da existência de desafios cada vez maiores para o efetivo e sustentável crescimento das atividades econômicas. Estes desafios estão elencados no

- a) 7º parágrafo, ao sequenciar ações de inclusão.
- b) 8º parágrafo, ao admitir a necessidade de gerenciamento.
- c) 4º parágrafo, ao indagar sobre os tipos de desenvolvimento.
- d) 6º parágrafo, ao relatar os tipos de fatores de desenvolvimento.
- e) 5º parágrafo, ao apresentar os aspectos prioritários.

**50)** A expressão “Há de se” é utilizada nos 2º. e 8º. parágrafos. O uso dessa expressão tem a seguinte finalidade:

- a) revelar a combinação de estratégias de convencimento.
- b) atribuir a limitação de riscos ambientais e éticos.
- c) avaliar a real importância dos fatos relatados.
- d) enfatizar a necessidade de realização da ação.
- e) exortar os aspectos comuns da situação.

## Texto IV



JB ECOLOGICO. Jornal do Brasil ano 4 nº. 38 março de 2005.

**51)** Além de outras marcas, o humor da charge decorre do jogo semântico entre “**Até 2012!**” e “**Até lá...**”. As expressões em destaque denotam

- inclusão, reforçando caráter assertivo.
- movimento, estabelecendo limites.
- simultaneidade, indicando ajuntamento.
- oposição, generalizando ponto de vista.
- fim, atribuindo opinião.

**52)** O uso do sinal de exclamação, na primeira fala do Texto IV, reforça o seguinte propósito comunicativo em relação à situação anunciada:

- Dispensar possível resposta dos personagens.
- Conferir a incompletude do pensamento do falante.
- Denotar a gradação da surpresa dos enunciadores.
- Intensificar a posição do enunciador.
- Intercalar repetições de ideias para os interlocutores.

**53)** Na segunda fala, o uso da palavra difícil no início da frase reforça

- a explicação dada para solucionar o problema indicado.
- a formalidade do enunciador perante o seu interlocutor.
- a falta de visão sistêmica para análise do tema.
- a perspectiva exagerada imposta ao assunto.
- a visão crítica do enunciador com relação ao problema.

## Texto V

### ECOHOUSE URCA

Por Alexandra Lichtenberg

Tudo começou com uma crescente insatisfação em relação à localização geográfica de nossa residência. Morávamos no bairro de São Conrado, no Rio de Janeiro. Eu trabalhava no centro da cidade e meus dois filhos estudavam em Botafogo. O destino nos finais de semana era velejar na baía de Guanabara. Muitas e muitas horas perdidas em engarrafamentos, grandes gastos com combustível. Hora de providenciar uma mudança.

A escolha natural foi o bairro da Urca, central em relação às atividades de toda a família. O carro nem sai da garagem nos finais de semana, sendo as bicicletas o meio de transporte utilizado por nós. Primeiro ponto positivo: otimização do transporte.

A primeira vez que visitei a casa pude ver todo o seu potencial. Estava em estado muito precário de conservação, necessitando de muitas intervenções para se tornar confortável – sendo, portanto, ideal para a aplicação de várias técnicas de arquitetura sustentável que sempre quis utilizar.

O projeto Ecohouse foi criado em 2002 com intuito de avaliar a eficácia de estratégias de conforto térmico, de iluminação e de racionalização do uso da água aplicadas a edificações residenciais urbanas em clima quente úmido. A ideia era verificar a viabilidade de adequação de uma residência existente, visando a tornar mais eficiente sua demanda de energia elétrica e de água potável, bem como a correção de eventuais problemas de conforto ambiental de uma residência convencional. (...)

Mundo Sustentável. Rio de Janeiro: Globo, 2005.

**54)** O fragmento do texto que apresenta um posicionamento do narrador em relação ao fato narrado é

- a) “A primeira vez que visitei a casa...”
- b) “O carro nem sai da garagem nos finais de semana, (...)”
- c) “era velejar na baía de Guanabara.”
- d) “O projeto Ecohouse foi criado em 2002 (...)”
- e) “Hora de providenciar uma mudança.”

**55)** As expressões que indicam estágios do processo de narração do texto V são:

- a) “localização geográfica de nossa residência” e “nos finais de semana”
- b) “bairro de São Conrado” e “centro da cidade”
- c) “Tudo começou” e “A primeira vez”
- d) “portanto, ideal” e “a ideia”
- e) “Primeiro ponto positivo” e “bairro da Urca”

**56)** Considerando a temática desenvolvida no texto III, um aspecto do texto V que ratifica o conceito de desenvolvimento sustentável é

- a) a localização geográfica da residência em São Conrado, o que indica satisfazer uma necessidade básica.
- b) a escolha do novo bairro, o que naturaliza a solidariedade com as gerações futuras.
- c) a visita à casa, o que gera o reconhecimento de seu potencial para preservar os recursos naturais.
- d) a otimização do transporte, com o uso da bicicleta, o que mostra a consciência de conservação do ambiente.
- e) a forte demanda de energia elétrica, o que caracteriza o programa educativo.

**57)** No trecho:” sendo, **portanto**, ideal para aplicação de várias técnicas de arquitetura sustentável que sempre quis utilizar.”, a palavra em destaque pode ser substituída, sem alteração de sentido, por

- a) tanto
- b) entretanto
- c) todavia
- d) consoante
- e) por conseguinte

**58)** No fragmento “acesso igualitário à água.” (texto III), o uso do acento indicativo de crase justifica-se pela relação estabelecida entre os termos *acesso* e *água*. O mesmo tipo de relação se verifica em

- a) “Sustentabilidade necessária à sua própria sobrevivência”(texto III)
- b) “Não se dando, assim, à sociedade”(texto III)
- c) “No que se refere às demandas sociais”(texto III)
- d) “Estamos à deriva”(texto I)
- e) “Central em relação às atividades de toda família”(Texto V)

**59)** A leitura do texto V exorta a um tipo de comportamento que direciona para a possibilidade de

- a) mobilização da população para o questionamento dos problemas ambientais que sacrificam a sociedade.
- b) adoção de políticas públicas que aprofundem a discussão sobre custos de projetos alternativos.
- c) fortalecimento da fiscalização do poder público, com incentivo à educação ambiental.
- d) enfrentamento dos problemas de sustentabilidade, integrando informação, conscientização ambiental e prática social.
- e) a promoção do bem-estar social, confrontando os paradigmas de integração social.

**60)** Em relação à temática da sustentabilidade, a perspectiva comum a todos os textos apresentados está contemplada na seguinte afirmativa:

- a) Também é necessário avaliar que um problema causado numa mudança climática por uma emissão no Brasil, nos Estados Unidos ou na França afeta o planeta como um todo. É necessário um crescimento simétrico no planeta.
- b) Sem dúvida, a redução dos gases do efeito estufa é um dos instrumentos para combater todos os problemas ambientais do planeta. É interessante propor um enxugamento sustentável dos gases poluentes.
- c) Também é produtivo o aumento da diversidade de energia pois, embora de forma ainda embrionária, se constitui em caminho sustentável.
- d) Com certeza, constitui-se um fato irrealístico que uma sociedade extremamente antiecológica como as atuais deixem de sê-lo com tanta sofreguidão. É necessário alavancar benéfica conversão de valores.
- e) Ainda é possível desenvolver ações para resolver o problema do qual o mundo todo está consciente. É necessário o desenvolvimento com vistas à sustentabilidade.

**61)** A expressão vírus de computador tornou-se comum no vocabulário dos usuários de computador, embora a maior parte destas pessoas não tenha uma boa noção do que seja o vírus. Um vírus de computador é

- a) causado por alguma mutação em algum vírus ou bactéria.
- b) resultado da exposição frequente de computadores ao meio ambiente.
- c) um defeito no hardware do computador, que pode ser provocado por uma pessoa.
- d) oriundo de uma mensagem com algum problema, tendo perdido parte de seu conteúdo.
- e) um programa criado por uma pessoa que pode provocar danos aos dados e aos softwares instalados no computador.

62) O hardware que pode ser usado para conexão à Internet é

- a) um kit multimídia.
- b) um scanner.
- c) um provedor de acesso.
- d) um navegador.
- e) uma placa de modem (ou fax modem).

63) Em relação à Internet, a assertiva considerada **falsa** é

- a) HTML é um padrão de editoração que permite criar páginas para a publicação na Internet.
- b) Através da Internet, é possível acessar páginas de HTML, enviar emails e enviar arquivos.
- c) É possível anexar arquivos, como fotos e vídeos, às mensagens de e-mail.
- d) <http://www.mec.gov.br> é uma URL, ou seja, o endereço de correio eletrônico.
- e) Um exemplo de endereço de email válido é [cosea@unirio.br](mailto:cosea@unirio.br)

Figura 1: planilha de notas

	A	B	C	D	E	F	G
1	Alunos	Nota1	Nota2	Nota3	Média Aluno	Situação	
2	Abel Sales	5	5	3	4,333333333	Reprovado	
3	Ziraldo Neves	10	9	8	9	Aprovado	
4	Maria Pereira	8	8	8	8	Aprovado	
5	Joaquim dos Santos	3	1	7	3,666666667	Reprovado	
6	Média	6,5	5,75	6,5	6,25		
7							

64) Considerando a Figura 1, a fórmula correta para calcular a média do aluno Abel é

- a)  $= (B2+C2+D2)/3$
- b)  $= B2+C2+D2/4$
- c)  $= B2+ C2+ D2/3$
- d)  $= B2+B3+B4/3$
- e)  $= (B2+B3+B4)/3$

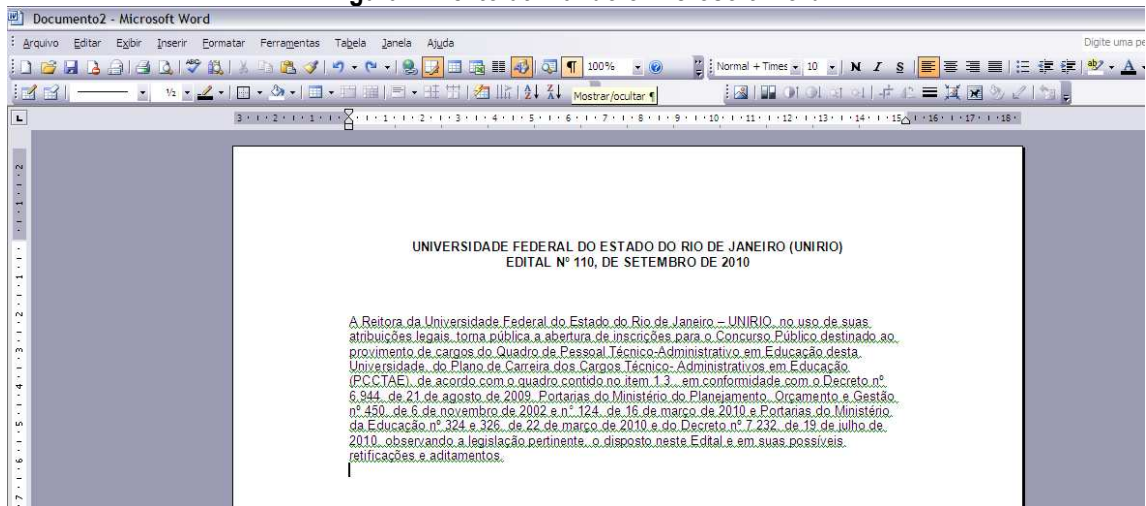
65) Considerando a Figura 1, a fórmula correta para calcular a média da turma na Nota 3 é

- a)  $= SOMA(E2:E5)/3$
- b)  $= SOMA(E2:E5)/4$
- c)  $= SOMA(D2:D5)/3$
- d)  $= SOMA (B2:D5)/4$
- e)  $= SOMA(D2:D5)/4$






66) Considerando a Figura 1, o tipo de função que pode ser utilizado para verificar a situação de cada aluno é

- a) SE.
- b) MÉDIA.
- c) SOMA.
- d) SEM.
- e) SITUA.






**Figura 2: Texto utilizando o Microsoft Word**



**67)** O botão do Microsoft Word que pode ser utilizado para justificar o trecho do texto mostrado na Figura 2 é

- a) 
- b) 
- c) 
- d) 
- e) 

**68)** Considere os botões exibidos na Figura 2. Aquele que pode ser utilizado para exibir os caracteres de controle no texto mostrado na mesma figura é

- a) 
- b) 
- c) 
- d) 
- e) 

**69)** Os emails podem ser caracterizados como mecanismo de comunicação conhecido como

- a) online.
- b) síncrono.
- c) seguro.
- d) assíncrono.
- e) alternativo.

**70)** A sequência que, corretamente, preenche a relação entre a Coluna 1 e a Coluna 2 é

- |   |     |                      |
|---|-----|----------------------|
| 1. É um software que permite a visualização de uma página na internet.                                  | ( ) | Browser ou navegador |
| 2. Copiar o conteúdo de um arquivo residente em outro computador para o seu, independente da distância. | ( ) | Internet Explorer    |
| 3. Página introdutória de um site.  | ( ) | Download             |
| 4. Processo de conexão à rede que inclui a identificação e a senha de controle.                         | ( ) | Homepage             |
| 5. Browser da Microsoft   | ( ) | Login                |

- a) 1, 2, 3, 4 e 5
- b) 5, 1, 2, 3 e 4
- c) 3, 5, 2, 1 e 4
- d) 5, 4, 3, 2 e 1
- e) 1, 5, 2, 3 e 4

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO**

Pró-Reitoria de Administração – PROAD  
Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD  
Departamento de Recursos Humanos - DRH  
Coordenação de Seleção e Acesso - COSEA